

COMO DEVE CUIDAR DO SEU FILHO: A PUERICULTURA NO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1930 A 1945

Joseanne Zingleara Soares Marinho¹

Joseannezsm@gmail.com

Simpósio Temático: História da Saúde e da Doença

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar as ações realizadas pelos governos piauienses para a instrução das mães no cuidado com os seus filhos de acordo com o conhecimento científico da Puericultura durante o decorrer do período de 1930 a 1945. Apenas no decorrer do governo de Getúlio Vargas a preocupação com a saúde materno-infantil adquiriu caráter efetivo com a sistematização e a implementação de ações variadas de saúde pública em território nacional. Isso pode ser verificado por meio de algumas iniciativas de preparação das mulheres que já eram ou que seriam mães por meio dos conhecimentos médicos de práticas de higiene, de alimentação correta e de acompanhamento médico. Esses procedimentos tinham como objetivo a promoção do desenvolvimento físico de acordo com aquilo que era esperado para cada faixa etária infantil e a conservação da saúde geral das crianças. Tais iniciativas que ocorriam no Piauí estavam vinculadas e subordinadas ao sistema de saúde pública do governo central que defendia a proteção infantil como assunto de caráter nacional, já que predominava a defesa de que as crianças seriam responsáveis pelo desenvolvimento futuro da nação brasileira.

Palavras-chave: Puericultura. Mães. Crianças.

Abstract: The article aims to analyze the actions taken by governments piauienses for education of mothers in caring for their children in accordance with the scientific knowledge of child care during the course of the period from 1930 to 1945. Only in the course of the Getulio Vargas the concern for maternal and child health has acquired effective trait to the systematization and implementation of various public health activities in the country. This can be verified by some initiatives to prepare women who were already mothers or would be by means of medical knowledge of practical hygiene, proper nutrition and medical care. These procedures were aimed at the promotion of physical development in accordance with what was expected for each child age and the preservation of the general health of children. Such initiatives taking place in Piauí were linked and subordinated to the public health system of the central government who advocated child protection as a matter of national character, as defending prevailed that children be responsible for the future development of the Brazilian nation.

Keywords: Childcare. Mothers. Children.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Professora Assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

A forma de conceber a infância adquiriu novos significados e uma dimensão original no mundo ocidental em meio às grandes transformações que marcaram a fase capitalista industrial do século XIX. No Brasil, estava presente nas discussões dos intelectuais e dos políticos a defesa de que a solução dos problemas que promoveriam o desenvolvimento da nação dependiam da proteção da infância, sendo que o mais urgente era a promoção da saúde. Esse ideário fazia parte da normalização médica da família brasileira e “[...] operou-se em estreita correspondência com o desenvolvimento urbano e a criação do Estado nacional.” (COSTA, 2004, p. 52). A implementação de ações isoladas para o bem-estar da criança nos estados brasileiros foram observadas até as primeiras décadas do século XX. Assim, além de ser objeto de preocupação e de ação no âmbito da família e da Igreja, a questão da assistência, da educação e da saúde infantis também foram adquirindo caráter social mais amplo e tornaram-se assuntos de competência do Estado.

No governo provisório de Getúlio Vargas a institucionalização da saúde pública foi marcada pela instabilidade política no novo Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). Com a continuidade de seu funcionamento o órgão foi sofrendo modificações, e “[...] definiu a política de saúde pública, reformulando e consolidando a estrutura administrativa do ministério e adequando-a aos princípios que orientaram a política social do governo Vargas.”(HOCHMAN; FONSECA, 1999, p. 82). A presença de um poder nacional intervencionista comprometido com uma proposta de superação do atraso e de transformação do Brasil em um país desenvolvido, facilitava a execução de ações locais que contavam com a colaboração dos governos estaduais e municipais em todo o país. De acordo com Campos (2006), uma outra reforma em 1941 culminou na institucionalização dos serviços nacionais para atuar, de forma vertical, em campanhas e serviços.

Assim sendo, a institucionalização da saúde pública no Brasil passou por um desenvolvimento importante durante a ditadura de Getúlio Vargas. Segundo Weber (2003), entre os serviços de saúde oficiais, tinham destaque os centros de saúde e os postos de higiene, que praticavam o combate à tuberculose, à lepra, às doenças venéreas e outras, além da proteção à maternidade e à infância. Para que esse sistema funcionasse foi dinamizado o processo de centralização e normatização das políticas de saúde pública. Essas ações tornaram-se mecanismos importantes de fortalecimento do poder público do governo central em todo o país, sendo que uma parcela da população recebeu atenção especial no âmbito da saúde: “[...] as mulheres e as crianças, que se destacaram como foco de atenção na política social de Vargas e constituíram elementos-chave do projeto político-

ideológico de construção nacional [...]”. (FONSECA, 2007, p. 49). Dessa forma, foi entre as décadas de 1930 e de 1940, especialmente durante o Estado novo, que o poder público promoveu a organização administrativa efetiva, o planejamento nacional de medidas e a efetivação de ações nacionais para o amparo materno-infantil.

Para Machado (1978), foi por volta da segunda metade do século XIX que passou a ser esboçada uma política mais racional e científica da sociedade, onde a medicina intervinha no governo. Seria sua função ordenar a cidade dentro de padrões médicos que definiam a higiene e a saúde, possuindo um lugar de destaque na tarefa de conter o caos das cidades herdado do período colonial brasileiro. Isso ocorreria por meio da produção de um conhecimento que continha a perspectiva de intervenção sobre os mais variados aspectos do cotidiano urbano. A mulher e a criança eram personagens centrais no tratamento das questões de higiene, no sentido de um conjunto de medidas preventivas usadas para “[...] prevenir a doença, prolongar a vida e promover a saúde física e mental [...]” (ALMEIDA, 1971, p. 16). Isso pode ser observado na relevância concedida a temas como a gravidez, o aleitamento materno, a mortalidade infantil e o aborto. O médico penetrava o espaço familiar e através da confiança e de um contato mais íntimo com a mulher iria tentando modificar o perfil das relações familiares.

Para a realização do projeto de desenvolvimento do Brasil, que tornava a infância um recurso importante para a nação, era imprescindível a doação das mulheres no cumprimento de suas funções maternas. Essa medicalização das mães era parte de um planejamento amplo no qual a missão civilizadora resultou em um projeto de “[...] reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país”. (MARTINS, 2004, p. 217). O ideário da maternidade científica tornou-se um apelo para que as mulheres continuassem exercendo suas funções de mães, só que resignificadas de acordo com as idéias modernas. De acordo com isso as mulheres deveriam ter uma missão civilizadora, transformadas em formadoras de cidadãos saudáveis, os médicos defendiam que as mulheres precisavam com urgência de uma “[...] compreensão racional e ‘científica’ do desenvolvimento infantil e dos modernos princípios da higiene para que pudessem cumprir seu novo dever patriótico e sua função social de ‘aperfeiçoar’ a raça.” (BESSE, 1999, p.109), assim a maternidade deveria estar baseada em habilidades desenvolvidas e em conhecimentos especializados.

A instrução das mulheres que já eram mães e também daquelas que seriam mães era uma das formas de promover a parceria feminina com os médicos na proteção infantil prestada pelos governos. Uma medida importante realizada nesse sentido foram os ensinamentos baseados na Puericultura “[...] na sua finalidade aplicada de induzir a gerar crianças sadias ou belas, preservar, conservar e restaurar a sua normalidade e saúde.” (ROCHA, 1947, p. 61). Nesse sentido, a Puericultura implicava nas técnicas de medidas preventivas dedicadas à preservação e promoção da saúde infantil a partir da gestação. Os seus objetivos referem-se às crianças saudáveis nas várias faixas de idade “[...] e, em última análise, enquadram-se nas próprias finalidades da Higiene ou da Medicina Preventiva.” (ALMEIDA, 1971, p. 18)

No Piauí, foi possível identificar que as ações de saúde pública eram praticamente inexistentes até os anos de 1920, pois o governador do estado afirmou que “[...] é desconhecida a acção da Saúde Pública. Simples repartição burocrática, não tem, nem póde ter, actuação no nosso meio. As dotações orçamentarias para esse serviço têm sido de molde a não permittir que sua directoria cogite de qualquer acção [...]” (MENSAGEM, 1929, p. 70). Assim, é possível observar que a existência do atendimento de saúde materno-infantil ainda não tinha condições de ser viabilizado naquela época. A organização administrativa, a estruturação e o efetivo funcionamento dos serviços de saúde pública começaram a ser implementados a partir da década de 1930. Nesse sentido, os poderes públicos do estado passaram a preocupar-se efetivamente com a importância da defesa e do amparo da maternidade e da infância, conforme podemos verificar em um trecho da conferência do Prefeito de Teresina, Dr. Lindolfo Monteiro:

A importância dos conhecimentos da puericultura cresce à medida das necessidades urgentes e prementes que têm os povos ou os seus governos de zelar pelo futuro da própria integridade da Patria. Nação forte é aquella cujos filhos são sadios e fortes, é aquela que ampara aos seus filhos desde a vida intra-uterina, como um elemento indispensável à harmonia de sua nacionalidade [...] (DIA da Raça-Dia da Criança, 1936, p.4)

De acordo com esse posicionamento oficial da autoridade da capital piauiense, o investimento na promoção da infância saudável a partir do momento da gravidez significava um investimento no país, pois as crianças seriam futuras as responsáveis pelo seu progresso. Assim, elas deveriam ter uma posição de prioridade entre as preocupações dos governos e da população brasileira em virtude de tratar-se de uma questão de

relevância nacional. Nesse sentido é que a Puericultura com a sua finalidade de promover e conservar a saúde da criança a partir do período Pré-Natal acabava adquirindo cada vez mais relevância naquele contexto.

Durante o período do Estado Novo no Piauí a proteção materno-infantil adquiriu caráter efetivo com a sistematização e a implementação das ações do governo central pelos poderes públicos locais. Assim, a preparação das mulheres foi intensificada com o objetivo de instrução para uma maternidade científica baseada nos conhecimentos da Puericultura por meio de iniciativas tais como: disciplinas que faziam parte da educação escolar, cursos ministrados por médicos, palestras sobre o bem-estar das crianças e concursos de robustez infantil. Além disso, os ensinamentos baseados nas noções de Puericultura também eram repassados para as mães por meio das enfermeiras visitadoras e durante as consultas e os exames realizados em Postos de Puericultura, em lactários, em centros de saúde e em hospitais, que serviam para cuidar da saúde das mães e de seus filhos.

Uma das primeiras ações verificadas no sentido de preparar as mulheres para a chamada maternidade competente foi o ensino dos conhecimentos baseados na Puericultura durante a formação escolar formal. As crianças, mas apenas aquelas que fossem do sexo feminino, aprendiam desde cedo na instituição escolar as primeiras noções sobre como serem futuras mães de acordo com a referência científica da medicina. Dessa forma, em uma notícia veiculada em um jornal piauiense da época foi informado que:

Nas escolas modernas existe o louvável empenho de ensinar às crianças noções gerais de higiene. As meninas maiores aprendem, em cursos especiais, higiene do lar e sobretudo puericultura, afim de melhor se conduzirem quando mães. (A EDUCAÇÃO sanitária das mães, 1937, p.5)

Segundo a notícia, a adoção do ensino da Puericultura seria uma condição verificada apenas em instituições escolares que possuíam um caráter moderno, pois significava uma iniciativa inovadora para a época. Um indicativo disso é que no Piauí a Puericultura foi transformada em disciplina do currículo escolar, e uma das instituições em que isso ocorreu foi na Escola Normal Oficial de Teresina, considerada modelo para a educação², sendo um componente curricular direcionado apenas para o público feminino

² Nesse período, a Escola Normal Oficial instalada em Teresina possuía grande prestígio na sociedade local e atingiu sua consolidação como principal instituição piauiense de formação feminina na área docente. O Curso Normal profissionalizava para o exercício da função de professora primária, mas também preparava as jovens para o exercício das funções de esposa e de mãe.

da instituição formado pelas normalistas. Uma parte relevante do programa do ano de 1932 da referida disciplina pode ser identificada a seguir:

I-Definição. Importância social do estudo da puericultura. Natalidade e mortalidade infantil. Principais causas do obituário infantil II- Higiene do recém-nascido. Particularidades anatômicas e fisiológicas. Alimentação. Equilíbrio e marcha. III- Dentição. Ordem e época do aparecimento dos dentes. Acidentes de dentição. Superstições em torno da erupção dentária. IV- Vacinação. Regras e prática. Ação sobre a criança. V - Desenvolvimento corporal na 1ª infância: curvas de estatura e peso. Jogos infantis, recreativos e ginásticos, a dança. Vida ao ar livre. VI- Sub alimentação. Degenerecencia física e mental. VII- Evolução intelectual na primeira infância. Linguagem. VIII- Disciplina na 1ª infância. Hábitos higiênicos. IX- Escolas maternais, jardins de infância. Idade escolar. (DECRETO N. 1.358, 1932, p. 8)

Pode ser observado que o currículo da disciplina de Puericultura abrangia uma série de conhecimentos baseados no conhecimento médico sobre a questão da promoção da saúde e do desenvolvimento correto das crianças no período inicial da infância. Assim, a preocupação com as elevadas taxas de mortalidade infantil resultantes da alimentação incorreta, escassos cuidados de higiene e falta de acompanhamento médico eram discutidos no decorrer da disciplina escolar. Também é importante observar que as mulheres deveriam ter conhecimento geral sobre o desenvolvimento da dentição, do peso e da estatura, da importância da atividade física e entender sobre a progressão do desenvolvimento intelectual, a referência da educação escolar e a importância da disciplina. A existência dessa formação específica das mulheres revela que o espaço escolar funcionava como produtor de diferenças ao formar feminilidades construídas culturalmente, não sendo uma condição biológica inerente a cada sexo. Assim, a educação atuava como uma prática social que servia para a constituição e instituição dos sujeitos.

A Escola Normal também oferecia um Curso de Puericultura gratuito, ministrado durante os finais de semana na própria instituição. Inicialmente ele poderia ser frequentado somente pelas normalistas, como aprofundamento da disciplina de Puericultura, a qual constava da grade curricular do Curso Normal. Isso revela que o tema era recorrente na formação feminina, demonstrando sua importância. No trecho a seguir, o médico pediatra Olavo Corrêa Lima, que ministrava o Curso de Puericultura, o qual também era sugestivamente chamado de “Escola de Mãezinhas”, explicava para as normalistas a sua finalidade e também a sua relevância para a formação familiar e para o próprio país:

O vosso curso normal não visa apenas a formação de professoras, mas dar-vos uma robustês intelectual e moral indispensável à vossa futura vida conjugal, de que depende quasi todo o futuro da nação. No vasto programa de vossa educação ao lado dos conhecimentos humanitários, do estudo técnico-profissional, da educação física, moral e estética, da economia doméstica e da pedagogia, como futura mãe, deveis ter conhecimento de puericultura, necessário não somente a vós próprias (puericultura pre-natal), muito especialmente à criação de vosso futuro filho, organismo tenro e indefeso, cujo futuro está na vossa estrita dependencia. (CURSO de Puericultura na Escola Normal, 1940, p. 5)

Como médico pediatra o Dr. Olavo Corrêa Lima possuía autoridade adquirida para legitimar o discurso sobre a Puericultura como um conjunto de práticas científicas que visavam preparar as mães com os conhecimentos necessários para assegurar às crianças o desenvolvimento normal, desde a gravidez até o período inicial da infância. Essa preparação para ser uma nova mãe incluía informações sobre a fisiologia, a alimentação adequada, as regras de higiene e a importância do acompanhamento dos médicos. Nesse sentido, os conhecimentos de Puericultura iriam contribuir de forma efetiva para que as normalistas, depois de casadas, utilizassem os procedimentos científicos para exercer a tarefa da maternidade de forma competente, pois, elas saberiam cuidar corretamente de seus filhos, utilizando os conhecimentos que supostamente seriam suficientes para preservar a saúde e favorecer seu correto desenvolvimento físico e mental. Cumprindo com essa responsabilidade, as futuras mães desempenhariam a tarefa patriótica de contribuir para o progresso futuro do Brasil.

A partir dos anos de 1940, a criação dos Cursos de Puericultura passou a atender à determinação do Departamento Nacional da Criança representado no Piauí pela sua repartição estadual. Assim, em todo o Brasil passariam a ser oferecidos cursos de formação de “mãezinhas” dentro e fora das Escolas Normais, não mais apenas para as normalistas, mas para todas as jovens que potencialmente seriam mães. Segundo o anúncio de um desses cursos, veiculado em um jornal piauiense da época, podemos observar que a clientela a ser atendida foi ampliada “Trata-se de um curso livre, essencialmente prático, podendo ser frequentado por todos aqueles que se interessem pelo assunto.” (ESCOLA das mãezinhas, 1942, p. 8). Isso pode ser entendido pela necessidade de formar o maior número possível de mulheres provenientes de variados segmentos sociais, pois acreditava-se que a instrução baseada em procedimentos práticos a partir dos modernos ensinamentos da Puericultura seriam fundamentais para salvar a vida das crianças.

Esses Cursos de Puericultura continuavam sendo ministrados por médicos que tratavam de ensinar às mulheres desde algumas noções mais teóricas até os procedimentos cotidianos no cuidado das crianças. Assim, faziam parte dos ensinamentos a higiene pré-natal, as noções de fisiologia e anatomia das crianças, o desenvolvimento motor e estatural, cuidados com o recém-nascido e com o lactante em relação a alimentação, higiene, passeios, vacinas e principais doenças, neurose da maternidade, mortalidade infantil, importância da assistência médica, entre outros.

Tal forma de pensar sobre a importância das instruções médicas a partir da Puericultura, visando o preparo adequado das mães para o cuidado com as crianças, era partilhada por vários médicos piauienses que se preocupavam com a gravidade do assunto que adquiria estatuto de problema nacional. Isso pode ser identificado no posicionamento do Dr. Vitorino de Assunção, do Departamento de Saúde do Piauí, veiculado na Revista da Associação Piauiense de Medicina:

Observa-se que entre as causas de morte, no primeiro ano de vida, figuram em primeira linha as diarreias e as enterites. Não obstante a prática usual de amamentação em seio materno, nas classes pobres, é freqüente o uso intempestivo, de permeio, de mingaus de farinha seca. É o pauperismo aliado à ignorância dos progenitores. (ASSUNÇÃO, 1939, p.17)

Para esse médico a mortalidade infantil era um grave problema que ocorria no Piauí, mas também em todo o Brasil, tornando-se motivo de preocupação. A questão da alimentação incorreta seria uma das causas mais relevantes para os elevados índices de óbitos na infância, principalmente nos setores sociais mais pobres e com dificuldade de acesso ao conhecimento. Em um artigo de um jornal podemos observar que essa ideia era uma preocupação que parecia recorrente na época “A educação sanitária das mães deve, entretanto, difundir-se nas classes menos favorecidas, por meio de publicações bem claras e compreensíveis e de palestras feitas por enfermeiras visitadoras.” (A EDUCAÇÃO sanitária das mães, 1937, p.5). Segundo essa concepção, os conhecimentos científicos da Puericultura sobre a saúde na infância, mais especificamente sobre a alimentação infantil, traria resultados positivos para os hospitais, para as maternidades e para os lares do país. Realmente “Os resultados dessa cruzada nacional começaram a mostrar timidamente seus frutos depois da década de 1930, quando os índices de mortalidade infantil passaram a registrar ligeira queda.” (MARCÍLIO, 2006, p. 245). As explicações científicas eram

utilizadas para incentivar o abandono de práticas tradicionais repassadas de geração a geração, as quais eram identificadas pelo discurso médico como perigosas, por colocarem em risco a saúde de mães e de seus filhos.

Os poderes públicos piauienses também organizavam eventos culturais que colocavam em destaque discussões em torno de questões vinculadas à Puericultura. Isso acontecia por meio de discursos, de palestras e de conferências sobre temas considerados importantes para o desenvolvimento nacional com base na saúde durante a infância. Um indicativo disso ocorreu durante as comemorações que faziam parte do calendário da Semana da Criança de 1931 em Teresina. O programa das palestras, veiculado na imprensa, identificava o caráter do acontecimento promovido pelo Departamento de Ensino do Piauí:

[...] - 12 de outubro: Dia da Criança - Dia da Raça - destina-se a lembrar a cada um que a nação forte é aquela que tem filhos fortes - Pelo professor Martins Napoleão, catedrático do liceu Piauiense. 13 de outubro: - Dia do Latante: milhares de crianças morrem entre 0 e 1 ano as mais das vezes pela falta de observância das noções mais elementares de puericultura - pelo Dr. Pires Gayôso, professor do “Ginásio municipal S. Francisco de Sales” [...] 18 de outubro: - Dia das Mães - Dar filhos fortes à nação é a mais nobre manifestação do patriotismo da mulher - Pela professora Firmina Sobreira Cardoso, catedrática da Escola Normal. (SEMANA da Criança, 1931, p. 7)

Nesse evento, alguns educadores e médicos discursaram sobre vários temas que tinham a criança como foco. Foram discutidas questões como a relevância da preservação e da defesa da infância para a nação brasileira, pois através da promoção do desenvolvimento saudável seria possível alavancar o progresso do país e também a importância da Puericultura para a solução do problema da mortalidade infantil com taxas elevadas, além disso também foi abordado que seria necessária a participação das mulheres no desempenho da missão patriótica do exercício competente da maternidade. De acordo com a organização do evento, essas palestras eram dirigidas ao público em geral, mas principalmente àquele formado por mulheres. Tratava-se de uma assistência que não era escolhida aleatoriamente, uma vez que as prescrições feitas pelos palestrantes cabiam a uma responsabilidade que se julgava na época como estritamente feminina.

Em outras ocasiões, ocorriam conferências ministradas por médicos pediatras visando atingir um público mais amplo como a que foi promovida pelo Dr. Adauto de Rezende no município piauiense de Periperi em 1933. Esse evento contou com a presença de mais de 300 pessoas e aconteceu nas dependências da sede da prefeitura municipal da

pequena cidade. Na notícia veiculada em um jornal da época é possível identificar os aspectos que foram abordados sobre a questão da infância:

Depois de fazer uma ligeira explanação sobre a criança normal lamentou o fato lamentável da diminuição da alimentação natural, entre nos, costume êste tão prejudicial á criança. [...] comprovando o número superior de óbitos dentro do primeiro ano de vida, em crianças alimentadas artificialmente. Em seguida ensinou praticamente a maneira de administrar os alimentos ás crianças de até dois anos de idade, sendo nessa ocasião, distribuídos diversos cartazes ilustrados sobre alimentação, tabélas de pêso, etc.[...] Falou, ainda, sobre higiene da habitação, higiene da roupa, higiene corporal e diversos outros cuidados indispensaveis á criança. (PEDIATRIA e higiene infantil, 1933, p.1)

Segundo o discurso médico era urgente que o costume popular da alimentação artificial fosse abandonado em prol da amamentação em seio materno especialmente no primeiro ano de vida, pois aquela muitos problemas para o correto desenvolvimento infantil, sendo extremamente prejudicial para a saúde. Além disso, também seria necessário que as mães soubessem administrar corretamente a alimentação da criança após a primeira fase da amamentação e cuidassem de forma especial da higiene infantil em todos os seus aspectos, uma vez que se tratava de um ser indefeso e vulnerável que dependia essencialmente dos cuidados maternos nessa fase inicial da vida.

Uma outra forma de promoção e instrução das mulheres de acordo com os critérios da Puericultura eram os concursos de robustez infantil. Nas comemorações da Semana da Criança de 1945 em Teresina ocorreu uma programação que incluiu eventos como: palestras de médicos e professores em prol da proteção e do zelo com a infância, campanha de obtenção do registro civil de nascimento e também um concurso de robustez infantil “Realizou-se na ‘Casa da Criança’ interessante concurso de robustez infantil. À hora marcada, achavam-se presentes numerosas senhoras trazendo ao colo vivazes bebês para a prova de robustez. O julgamento foi confiado a três conhecidos médicos [...]” (SEMANA da Criança, 1945, p. 3). Esse evento contou com a presença de profissionais de saúde, mais especificamente dois médicos pediatras e uma enfermeira, pois caberia aos médicos, auxiliados pelas enfermeiras, a avaliação da saúde das crianças concorrentes. Para isso, todos os participantes deveriam passar por medições de tamanho e também teriam que ser pesados de acordo com os padrões estabelecidos, além disso deveriam ser observadas a

dentição, a higiene e o desenvolvimento motor adequado, ações que revelariam o estado geral de saúde da criança no final da avaliação.

Esse tipo de concurso parecia ser bastante popular e também concorrido devido à quantidade de pessoas presentes no local para disputar ou simplesmente assistir ao evento. As crianças vencedoras representavam aquelas que, naquela ocasião, mais se aproximavam do modelo defendido pelos médicos da época como um ideal de desenvolvimento saudável. Isso seria atingido mediante o cuidado das mães com a observância das instruções relativas à alimentação, à higiene e ao acompanhamento médico. Nesse concurso de 1945, foram escolhidas três crianças vencedoras, as quais receberam prêmios em dinheiro. No Piauí, a questão do desenvolvimento infantil, de acordo com o padrão nacional, era problemático em virtude das condições de aplicação deficitárias das políticas públicas de assistência à saúde por causa das condições financeiras do estado, mesmo com a ajuda do governo central, e também devido à própria resistência das mães em cuidar dos filhos conforme as instruções dos médicos. Nesse sentido, esses concursos de robustez infantil tinham como finalidade a propagação dos padrões científicos na criação dos filhos, pois incentivavam as mães a seguirem os cuidados divulgados pelos profissionais de saúde.

A realização desse concurso, promovido no caso específico pelos governos central e local, justificava-se porque, para além da medicina clínica propriamente dita, a saúde pública também incluía já naquela época a medicina preventiva. Nesta questão reside um aspecto de importância para a análise das ações políticas implementadas no campo da saúde pública no Brasil, sendo que em torno das concepções de prevenção, definiram-se estratégias de ação, que por sua vez, tornavam-se de grande relevância devido à práticas de medicina popular realizadas por parentes, vizinhas e conhecidas, além da ação de parteiras e rezadeiras, todas elas bastante criticadas pelos médicos e governos da época por, supostamente, utilizarem conhecimentos baseados na superstição e na ignorância, servindo para comprometer a saúde e mesmo a vida das mães e de seus filhos.

Os ensinamentos baseados nas noções de Puericultura também eram repassados para as mães por meio de enfermeiras visitadoras que faziam visitas principalmente nas casas onde existiam crianças que estavam na faixa etária da primeira infância. Isso revela uma tentativa de efetivação dos serviços de saúde do estado para a manutenção de crianças saudáveis, tendo em vista que as mães, muitas vezes, não procuravam os estabelecimentos de saúde. O objetivo mais importante nesse sentido era o de estabelecer a instrução materna sobre uma série de cuidados que visavam a prevenção para problemas e para

doenças comuns na infância como a desidratação, a desnutrição, a diarreia e outras. Em virtude disso, as mães eram instruídas acerca da alimentação correta, da higiene e da importância em buscar os serviços médicos de assistência de saúde infantil para que existisse o acompanhamento do desenvolvimento das crianças de acordo com a idade.

A instrução das mães também ocorria durante as consultas e os exames realizados em postos de Puericultura, em lactários, em centros de saúde e hospitais, que forneciam assistência no cuidado da saúde das mães e de seus filhos. De acordo com dados do Departamento de Saúde Pública do Piauí, no ano de 1940 os serviços de saúde eram realizados nos centros de saúde das cidades de Teresina, de Parnaíba e de Floriano, além de também estarem disponíveis em dezesseis postos de higiene localizados em diferentes pontos do interior do estado. Os atendimentos médicos direcionados para as mães e os seus filhos que funcionavam nessas instituições de saúde do Piauí estavam divididos em setores: o Serviço de Higiene da Criança (Pré-Natal), o Serviço de Higiene Infantil, o Serviço de Higiene Pré-escolar, o Serviço de Higiene Escolar, o Serviço de Enfermeiras Visitadoras, o Serviço de Gestantes e o Serviço de Lactário. No período de 1934 até 1942 ocorreu um aumento de seis para vinte e nove estabelecimentos de saúde, indicando que a oferta de serviços de saúde pública no estado passou por um importante desenvolvimento.

Todas essas atividades e serviços relacionados à instrução das mulheres com base na Puericultura, visando o exercício da maternidade científica por meio da proteção da infância, passaram a ser sistematizadas pelo Departamento Estadual da Criança, sendo que este órgão era vinculado ao Departamento Nacional da Criança, que tinha a função de centralizar as ações desenvolvidas na área em todo o país. O órgão piauiense possuía as seguintes diretrizes no estado:

[...] b- coordenar, controlar, fiscalizar, cooperar e dirigir todas as atividades atinentes à maternidade, à infância e à adolescência, em todo o território do Estado; c- realizar estudos estatísticos e divulgações sobre tudo que se relacione com a maternidade, com a infância e com a adolescência; d- executar higiene e assistência médico-social, à maternidade, à infância e à adolescência [...] (DECRETO-LEI N. 779, 1944)

Nesse sentido, o Departamento Estadual da Criança, vinculado ao sistema de saúde no Piauí, tinha como objetivo elaborar, coordenar e fiscalizar as ações públicas e particulares referentes à defesa da maternidade e da infância no estado, além daquelas realizadas na área da adolescência. Isso foi possível porque a reforma do sistema federal de

saúde repercutiu no Piauí, sendo que em 1937 foram implementadas as alterações. Outras mudanças continuaram a ser realizadas na década de 1940 para promover a centralização federal das ações no âmbito da saúde desenvolvidas nos estados brasileiros.

Desde o século XIX existia a ideia de que a criança seria a responsável pelo progresso do Brasil, sendo que, por isso, a sua proteção seria responsabilidade dos poderes públicos. No entanto, foi apenas durante o governo de Getúlio Vargas que isso ocorreu efetivamente na área da saúde com a sistematização e a implementação de ações específicas no país. Entre as iniciativas realizadas nesse sentido no Piauí estava a preparação das mulheres com base nos conhecimentos da Puericultura para o exercício da maternidade competente. Isso ocorria por meio do ensino de procedimentos cotidianos de cuidados com os filhos visando uma alimentação correta, a observância das práticas de higiene e o acompanhamento médico adequado em disciplinas escolares, cursos, palestras, conferências, concursos infantis, além das visitas de profissionais especializados nas casas e da assistência médica nas instituições de saúde. Esses procedimentos tinham como objetivo a promoção e a conservação da saúde geral das crianças em um período em que a mortalidade infantil atingia índices elevadíssimos principalmente na fase inicial da infância.

Referências bibliográficas e documentais

ALMEIDA, Wilson Castello de. **Higiene e Puericultura**: noções práticas de Medicina Preventiva. Belo Horizonte: Edições Júpiter, 1971.

ASSUNÇÃO, Vitorino de. A mortalidade Infantil em Teresina. IN: **Revista da Associação Piauiense de Medicina**. Teresina, n. 1, 1939.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: EDUSP, 1999.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas**: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CURSO de Puericultura na Escola Normal. **Diário Oficial**, Teresina, ano X, n. 185, p. 5, 17 de ago. de 1940.

DIA da Raça-Dia da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano VI, n. 234, p. 4 -7, 17 de out. de 1936.

EDUCAÇÃO sanitária das mães. **Diário Oficial**, Teresina, ano VII, n. 185, p. 5, 23 de jan. de 1937.

ESCOLA das Mãezinhas. **Diário Oficial**, Teresina, ano XII, n. 96, p. 8, 04 de maio de 1942.

FONSECA, Cristina M. O. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945):** dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. Políticas de saúde e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MACHADO, Roberto et alli. **A danação da norma**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino:** a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

PEDIATRIA e Higiene Infantil. **Diário Oficial**, Teresina, ano III, n. 15, p. 1, 19 de jan. de 1933.

PIAUHY. Decreto N. 1.358, de 02 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**, Teresina, anno II, n. 60, p. 3-16, 4 de mar. de 1932.

PIAUHY. Governo 1928-1930. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa**. Teresina: Imprensa Oficial, 1929.

PIAUI. Decreto N. 779, de 18 de abril de 1944. **Decretos do Ano de 1944**. Teresina: Imprensa Oficial, 1945.

PIAUI. **Relatório do Departamento de Saúde Pública do Piauí**, 1940.

ROCHA, José Martinho da. **Introdução à história da Puericultura e Pediatria no Brasil**. Rio de Janeiro [sem editora], 1947.

SEMANA da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, anno I, n. 226, p. 7, 10 de out. de 1931.

SEMANA da Criança. **Diário Oficial**, Teresina, ano XV, n. 128, p. 3, 20 de out. de 1945.

WEBER, Beatriz Teixeira. Médicos e charlatanismo: uma história de profissionalização no sul do Brasil. In: SILVA, Mozart Linhares da. (org.). **História, medicina e sociedade no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. P. 97-123.